

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

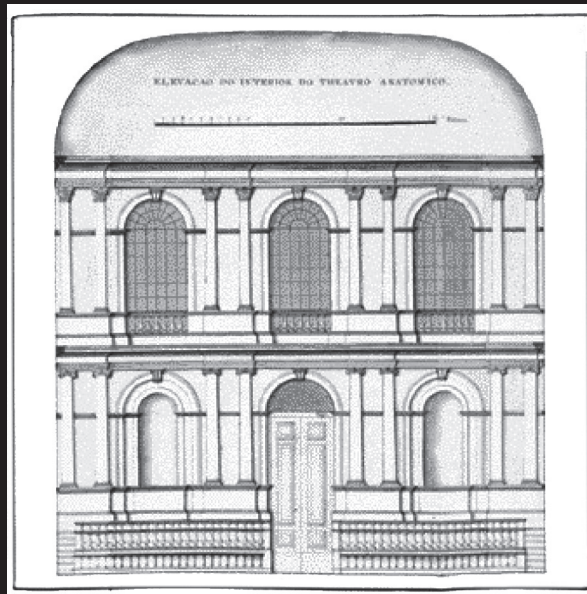
O MARQUÊS DE POMBAL E A UNIVERSIDADE

2ª Edição

ANA CRISTINA ARAÚJO
Coordenadora

(Página deixada propositadamente em branco)

**MEDICINA CIRURGICA E ARTE FARMACÊUTICA
NA REFORMA POMBALINA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**



Corte do Teatro Anatómico, Riscos das Obras
da Universidade de Coimbra, prop. part.
foto: José Pedro Aboim Borges

MEDICINA, CIRURGIA E ARTE FARMACÊUTICA NA REFORMA POMBALINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1. Medicina, cirurgia e arte farmacêutica nos finais do século XVIII

Nos finais do século XVIII, medicina, cirurgia e farmácia compunham os três ramos da arte de curar. Enquanto que a medicina era considerada como arte doutrinal, a cirurgia e a farmácia eram artes mecânicas¹. Enquanto disciplinas científicas, cirurgia e farmácia encontravam-se dentro dos grandes limites da medicina; do ponto de vista profissional havia diferenças significativas. E só assim se percebe, por exemplo, o que se inscreve na *Apologia Sobre a Verdade da Medicina*, onde é feita a exaltação da medicina como mãe da cirurgia e da farmácia e da influência determinante que os médicos tiveram nos “progressos” daqueles domínios científicos².

À medicina, propriamente dita, destinada ao diagnóstico e à terapêutica, destinava-se o médico enquanto profissional de uma arte doutrinal.

* Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Investigador do CEIS 20/U.C – Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia.

¹ Bras Luís de Abreu na sua obra *Portugal Médico*, Coimbra, Officina de Joam Antunes, 1726, ao classificar as ciências e as artes considera a farmácia e a cirurgia como artes mecânicas. Para a medicina reservava-se o estatuto de *doutrinal*. Este assunto, o do estatuto sócio-jurídico do boticário foi desenvolvido por J. P. Sousa Dias na sua dissertação de doutoramento intitulada *Inovação Técnica e Sociedade na Farmácia da Lisboa Setecentista*, Lisboa, Faculdade de Farmácia, 1991. Para este autor a profissão farmacêutica foi considerada como um ofício mecânico “desde a Idade Média até ao Liberalismo”(p.217). *Vide*, também, João Rui Pita, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, vol. 1, Coimbra. Dissertação de doutoramento, 1995, p. 84 e ss.

² Cf. *Apologia Sobre a Verdade da Medicina* por ***, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1782.

À cirurgia e à farmácia, embora consideradas como áreas do campo médico, corresponderia um exercício profissional vocacionado sobretudo para a prática sendo, por isso mesmo, consideradas artes mecânicas.

Todo o grande corpo doutrinal da medicina era preenchido, sobretudo, pelas questões relacionadas com a fisiologia, a patologia e a terapêutica; de algum modo, o correspondente à cátedra de *Instituições Médico Cirúrgicas*³ instituída na Faculdade de Medicina após 1772. As outras disciplinas científicas, a matéria médica e a farmácia, bem como a anatomia representavam um suporte mais técnico, do que propriamente científico, para a resolução de determinados problemas médicos. E, também por isso, deviam existir dois grupos profissionais, distintos dos médicos, responsabilizados por actividades fundamentalmente práticas, em que a componente teórica se situava num plano secundário.

Aos médicos cabia a interpretação do organismo humano, o diagnóstico das doenças e a recomendação das respectivas terapêuticas: ou cirúrgica ou medicamentosa. Aos cirurgiões e aos boticários estava destinada a execução prática das terapêuticas ministradas pelos médicos⁴. Os cirurgiões tinham que ter alguns conhecimentos anatómicos mas, sobretudo, deveriam saber manusear os instrumentos cirúrgicos para, de acordo com as indicações do médico, executarem com perícia as intervenções cirúrgicas. Aos boticários estava destinada a preparação dos medicamentos; também não era demasiado relevante que dominassem os saberes sobre as propriedades das plantas medicinais ou de outras matérias-primas sendo, contudo, muito importante que dominassem com perícia as técnicas operatórias para a transformação das drogas em medicamentos.

Este estado de coisas era bem explícito em Portugal. Esta hierarquização das profissões sanitárias estava bem patente na sociedade portuguesa no decurso do século XVIII. No cume da pirâmide a medicina e os médicos e num patamar abaixo a cirurgia e os cirurgiões, a arte farmacêutica e

³ Nesta disciplina eram leccionadas as seguintes matérias: fisiologia, a patologia, semiótica, higiene e terapêutica. Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1826)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 74.

⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 71 e ss.

os boticários. Abaixo destes ainda se encontravam outros profissionais, igualmente de forte componente mecânica como, por exemplo, os sangradores e os barbeiros⁵.

O predomínio da medicina sobre a cirurgia e, muito marcadamente, sobre a farmácia, muito particularmente sobre a arte farmacêutica, esteve, a nosso ver, implicado, embora não em exclusivo, no retardamento da emergência do boticário na hierarquia das profissões sanitárias e, sobretudo, no desenvolvimento científico do farmacêutico português. Outros factores como, por exemplo, a afirmação dos droguistas provocou, do mesmo modo, sérios bloqueios ao desenvolvimento tecnológico das boticas portuguesas no decurso do século XVIII⁶.

Basta dizer que em Portugal até finais do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX muitas das principais obras farmacêuticas ou de matéria médica foram redigidas por médicos ou por boticários pertencentes a instituições religiosas⁷ como, por exemplo, D. Caetano de Santo António, autor da primeira farmacopeia portuguesa (*Pharmacopea Lusitana*, 1ª edição em 1704)⁸ e Frei João de Jesus Maria, autor da *Pharmacopea Dogmática* (1772)⁹. Era um facto uma certa inoperância dos boticários portugueses no que concerne à produção científica, por exemplo no domínio da química, como era insuficiente o apetrechamento das boticas portuguesas no que diz respeito ao equipamento destinado a produzir medicamentos de acordo com os, então, mais actuais parâmetros químicos, pese embora a influência que a França fez sentir em Portugal, muito particularmente

⁵ Cf. J. P. Sousa Dias, *Inovação Técnica e Sociedade na Farmácia da Lisboa Setecentista*, ob. cit., p. 217 e ss.

⁶ Cf. J. P. Sousa Dias, “Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas”, *Medicamento, história e sociedade*, Lisboa, 3(9)1988, pp. 1-5. Vide também J. P. Sousa Dias, “Boticários, químicos e segredistas. Introdução à história da farmácia em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, *CTS – Revista de Ciência Tecnologia e Sociedade*, Lisboa, 4, Jan.-Abr. 1988, pp. 4-13.

⁷ Cf. J.P. Sousa Dias; João Rui Pita, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de S.Vicente de Fora*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.

⁸ Cf. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana*, Coimbra, Impressão de Joam Antunes, 1704.

⁹ Cf. João de Jesus Maria, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, Porto, Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimarães, 1772.

no campo da farmácia¹⁰. Lembramos que, em França, diversos boticários foram mestres na arte da química tendo ficado para a história os cursos químicos ministrados por alguns mestres da arte dos medicamentos. Foram do maior interesse os estudos químicos desenvolvidos por Lefebvre, ainda no século XVII, e já no século XVIII podem apontar-se como exemplos os cursos de química de Etienne-François, Claude-Joseph, Antoine Baumé, Guillaume-François Rouelle e Hilaire-Marin. Alguns destes cursos vieram a ter como alunos alguns dos vultos que mais se distinguiram no desenvolvimento da ciência química como, por exemplo, Macquer e Lavoisier¹¹.

Contudo, deve salientar-se que Portugal foi pioneiro na formação de boticários na Universidade. Desde os finais do século XVI que a Universidade de Coimbra manteve um curso de boticários para todos os que quisessem aprender a arte de botica¹². Mas este pioneirismo foi ultrapassado por outros países como, por exemplo, a Espanha ou a França, que apesar de só lançarem cursos superiores de farmácia ou Faculdades de Farmácia mais tarde do que em Portugal, conseguiram atingir, a breve trecho, níveis de formação científica mais elevados do que aqueles alcançados entre nós.

A reforma pombalina da Universidade incidiu fortemente nos estudos médicos¹³. A primeira parte do livro III dos *Estatutos* pombalinos são precisamente dedicados à medicina¹⁴. Contemplam, também, a cirurgia e

¹⁰ Cf. João Rui Pita; J.P. Sousa Dias, “L’influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIII e siècle: Nicolas Lémery”, *Revue d’Histoire de la Pharmacie*, Paris, 41(300)1994, pp. 84-90.

¹¹ Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1826)*, ob. cit., p. 371. Veja-se, também, Bernardette Bensaude-Vincent; Isabelle Stengers, *Histoire de la chimie*, Paris, La Découverte, 1993.

¹² Cf. João Rui Pita, “Farmácia”, in *História da Universidade em Portugal – Capítulo V, O Saber: dos aspectos aos resultados* (Dir. dos Profs. Doutores Ferrer Correia, Luís A. de Oliveira Ramos, Joel Serrão e António de Oliveira), Vol. 1, Tomo II (1537-1771), Coimbra, Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 875-881

¹³ Sobre a reforma pombalina dos estudos médicos em geral vejam-se os seguintes artigos: Amélia Ricon-Ferraz, “Os estudos médicos em Portugal após a reforma pombalina”, *Colóquio/Ciências*, Lisboa, 13, Set. 1993, pp. 67-90; Miller Guerra, “A reforma pombalina dos estudos médicos”, in *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 277-295; Maria Margarida M. Gonçalo Oliveira, “Acerca da História da Faculdade de Medicina de Coimbra. IV – A reforma pombalina e os novos estatutos de 1772”, *Coimbra Médica*, 2(8-9)1985, pp. 89-99.

¹⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, Coimbra, Universidade, 1972, pp. 6-140.

a arte farmacêutica que, juntamente com a medicina, propriamente dita, constituíam o triângulo principal das profissões da arte de curar.

A investigação que temos vindo a desenvolver permite-nos concluir que a sistematização feita pelos *Estatutos* pombalinos no que concerne à medicina sintoniza-se com o quadro hierárquico das profissões sanitárias. Contudo, algumas alterações verificadas estão em sintonia com a emergência da confrontação sócio-profissional que está na base do quadro conflitual entre medicina, cirurgia e farmácia que se verificou no decurso do século XIX. A cirurgia enquanto disciplina científica e como prática profissional tendia a ser integrada na medicina, isto é, não se vislumbrava a necessidade de haver separação entre estes dois domínios médicos. A arte farmacêutica, por seu turno, manteve-se no campo médico como disciplina científica enquanto que, do ponto de vista do exercício profissional, se reconhecia a especificidade do seu exercício e, nessa medida, a necessidade de uma formação específica para os boticários, embora exclusivamente prática.

No decurso do século XIX, a cirurgia vai ascendendo na escala das profissões sanitárias porque foi integrada na medicina doutrinal, não sem conflitos e interrogações sócio-profissionais. Ainda no decurso do século XIX, a farmácia inicia um longo combate pela sua valorização na hierarquia das profissões sanitárias. Opta pela via da autonomia e não da integração como aconteceu com a cirurgia. Estes conflitos estão bem patentes no século XIX, por exemplo com as rivalidades existentes entre a Faculdade de Medicina de Coimbra e as Escolas Médico-Cirúrgicas do Porto e de Lisboa. Encontram-se ainda bem plasmados nas lutas sócio-profissionais dos farmacêuticos portugueses no decurso do século XIX, quer do ponto de vista do ensino farmacêutico (fundação das Escolas de Farmácia) quer do ponto de vista do exercício profissional.¹⁵

¹⁵ Cf. João Rui Pita, “A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921. Introdução à sua história. Parte I. Ensino farmacêutico e saúde pública – formação e actividade dos farmacêuticos portugueses”, *Revista Portuguesa de Farmácia*, Lisboa, 49(1) Jan.-Mar., 1999, pp. 11-20; João Rui Pita, “A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921. Introdução à sua história. Parte II. Exercício profissional, industrialização do medicamento e literatura farmacêutica”, *Revista Portuguesa de Farmácia*, Lisboa, 49(2)Abr.-Jun., 1999, pp. 61-70.

2. A reforma pombalina da Universidade e a nova dinâmica institucional e científica

Na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra foram operadas modificações significativas com vista à formação dos médicos e, a uma certa distância, dos boticários.

Foram fundados três estabelecimentos que correspondiam ao ensino prático dos três ramos fundamentais da medicina. Assim, foram fundados o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico e, ainda, o Dispensatório Farmacêutico.

O Hospital Escolar era destinado a servir a principal aula de medicina, conforme defendia Boerhaave; tinha, então, por objectivo pedagógico e científico servir, para as aulas práticas de clínica médica, a mais genuína parte da medicina doutrinal. O Teatro Anatómico era fundamental para a aprendizagem das dissecações anatómicas, base imprescindível para o exercício da cirurgia. O Dispensatório Farmacêutico, a botica do Hospital Escolar, era o estabelecimento destinado a fornecer medicamentos aos doentes do hospital e aos externos e, visava ainda, o ensino da farmácia aos alunos de medicina e a formação de boticários. Estes três estabelecimentos eram, então, locais directamente dependentes da Faculdade de Medicina e integrados pelos *Estatutos* de 1772 na instituição médica, defendendo-se a sua função pedagógica no ensino prático da medicina.

Na Holanda, Hermann Boerhaave recomendava que o ensino médico tivesse uma acentuada componente prática ou experimental. Ribeiro Sanches, discípulo de Boerhaave, também deu indicações muito claras a este propósito¹⁶. Não estava em causa, neste particular, a dimensão

¹⁶ Cf. António Nunes Ribeiro Sanches, “Metodo para aprender e estudar a Medicina”, in *Obras*, vol.1, Coimbra, Universidade, 1959, pp. 1-200. Sobre este assunto cf. p. 39 e ss. São esclarecedoras as sugestivas palavras de Ribeiro Sanches: “Não somente a teoria da Medicina, mas também a sua prática, estão hoje reduzidas ensinarem-se na Universidade: ou que a de Coimbra fique Régia, e Pontifícia, ou Régia somente, como disse em outro lugar, requer o estudo desta ciência que se ensine em um Colégio separado das suas aulas, ou Gerais. Por que este Colégio deve constar dos Estabelecimentos seguintes: 1. De um Hospital com trinta até cinquenta camas. 2. De um Teatro Anatómico; e de lugar para as preparações anatómicas. 3. De um Jardim espaçoso para a cultura das Plantas e Árvores, com algumas salas onde estarão os Repositórios da História Natural. 4. De um Laboratório Químico. 5. De uma Botica. Sem os quais Estabelecimentos bem servidos e administrados, será inútil toda a reforma que se fizer nos estudos da Medicina actual” (p. 39).

mais iatroquímica ou mais iatromecânica da medicina, problemática tão acesa no decurso do século XVIII, embora em Portugal, tanto quanto é possível avaliar a partir das investigações desenvolvidas, a confrontação entre a tradição galénica e a novas orientações médicas parece não ter conhecido a pujança que se verificou noutros países europeus. O que estava em causa era o sentido mais experimental, ou melhor, o sentido prático a dar à medicina embora tendencialmente não galénico como, por exemplo, foram as sugestões de Luís António Verney¹⁷, Jacob de Castro Sarmiento¹⁸, Sachetti Barbosa e do próprio Ribeiro Sanches. Colocava-se em questão a tradição galénica¹⁹ que durante mais de milénio e meio imperou no sistema médico ocidental²⁰. As doutrinas galénicas, mostravam-se, nos finais do século XVIII, inoperantes e esgotadas para dar resposta a alguns dos problemas mais pertinentes da medicina. Por exemplo, no caso da preparação medicamentosa, fazer uma divisão entre medicamentos galénicos e medicamentos químicos era absolutamente obsoleta e, sobretudo, solucionar vários problemas tendo como base unicamente o substrato galénico era algo decididamente ultrapassado²¹.

Neste sentido, são compreensíveis as palavras de abertura dos *Estatutos pombalinos* referentes à medicina:

“Tendo a Medicina por objecto duas cousas de tão grande importancia, como são a conservação, e restabelecimento da saude dos homens: Tem infelizmente succedido não se fazerem nella os progressos, que

¹⁷ Cf., por exemplo, Luís António Verney, *Verdadeiro metodo de estudar*, vol. 2, Valença, Officina de Antonio Balle, 1746, p. 114 e ss.

¹⁸ Cf., por exemplo, Jacob de Castro Sarmiento, *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, Londres, Casa de Guilherme Strahan, 1758, p. XLV e ss.

¹⁹ Cf. o que é dito a este propósito no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771)*, Coimbra, Universidade, 1972, onde o anti-galenismo é uma constante.

²⁰ João Rui Pita, “A tradição galénica em Portugal vista através dos textos da reforma de Pombal”, in: *Raízes greco-latinas da Cultura Portuguesa. Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – APEC, 1999, pp. 293-307.

²¹ Foi neste sentido a orientação de José Francisco Leal que foi o primeiro professor de Matéria Médica e Farmácia na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra após a reforma pombalina de 1772. Cf. José Francisco Leal, *Instituições ou Elementos de Farmácia*, Lisboa, Officina de António Gomes, 1792, p. 61 e ss. Vide sobre este assunto: João Rui Pita, “O conceito de Farmácia nas ‘Instituições ou elementos de Farmácia’ de José Francisco Leal – um contributo para a história do medicamento e da ciência farmacêutica portuguesa nos finais do século XVIII”, *Medicamento, história e sociedade*, (Nova série), Lisboa, 1(2)1993, pp. 1-5.

convinham; chegando por isso muitos a desconfiar, de que pudesse já mais haver Sciencia na Medicina; e outros a desprezar a que actualmente existe; e ainda a temella, como perigosa, e nociva, por ser muitas vezes ministrada cegamente pelas mãos da ignorancia”²².

O ensino médico instituído em 1772, pela reforma de Pombal, era composto por um conjunto de estudos preparatórios após os quais os alunos matriculavam-se no 1º ano do curso médico. Neste ensino preparatório os alunos frequentavam vários estabelecimentos anexados à Faculdade de Filosofia para que neles se instruissem nas disciplinas da filosofia natural²³. Era importante nessa formação a passagem pelo Gabinete de História Natural, pelo Laboratório Químico e pelo Gabinete de Física.

No curso médico propriamente dito, os alunos eram sujeitos a cursos teóricos e a cursos práticos. Vejamos quais as disciplinas do curso médico pombalino: 1º ano – Matéria Médica e Arte Farmacêutica; 2º ano – Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia; 3º ano – Instituições Médico-Cirúrgicas; 4º ano – Aforismos; 5º ano – Prática de Cirurgia e Medicina; 6º ano (para se atingirem graus superiores) – Prática de Cirurgia e Medicina²⁴. Neste quadro de disciplinas deve recordar-se que as disciplinas dos dois primeiros anos eram dotadas de forte componente prática e que a disciplina do último ano era de prática clínica. As cadeiras do 2º ano e do 3º ano compreendiam as matérias doutrinárias da medicina e eram preenchidas com as questões relacionadas com a fisiologia, a patologia e a terapêutica. A matéria médica, a farmácia e

²² *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 6.

²³ É interessante a polémica que se levanta em torno da necessidade e da utilidade da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra uma vez que grande parte dos alunos que a frequentavam destinavam-se ao curso de medicina. Chega a levantar-se a seguinte questão: a Faculdade de Filosofia deve existir ou deve ser integrada na Faculdade de Medicina. Isto porque ela era, no dizer de alguns, sobretudo, uma prestadora de serviços à Faculdade médica. Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1826)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 98 e ss.

²⁴ Na distribuição das disciplinas pelos diversos anos do curso não se seguiu a sugestão de Ribeiro Sanches, nem a de Luís António Verney. Ambos diziam ser oportuna a localização da anatomia no 1º ano do curso, o que veio a acontecer cerca de vinte anos depois aquando de uma reorganização das disciplinas do curso de medicina.

a cirurgia e seus suportes científicos, a anatomia, representavam os alicerces técnicos para a resolução de outros problemas científicas e clínicos da medicina.

Vejamos agora, mais atentamente, a localização das disciplinas no curso e, ainda, a sua sintonia com a realidade sócio-profissional da medicina. Logo a abrir o curso médico, encontramos a cadeira de Matéria Médica e de Arte Farmacêutica e, ainda, no 2º ano, a disciplina de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia. Estas disciplinas compreendiam aulas teóricas e, ainda, aulas práticas, um largo exercício prático. Estas disciplinas estavam articuladas com as artes mecânicas da medicina. A prática clínica estava reservada para o último ano do curso médico, para aquela que era vulgarmente apelidada de “Cadeira de Prática”. Mas este exercício da medicina, este exercício prático, era o exercício nobre da arte de curar. Consistia na observação dos doentes, no diagnóstico das patologias e, finalmente, na recomendação da terapêutica adequada. Esta podia ser cirúrgica ou medicamentosa. E, era precisamente neste ponto que entrava a cirurgia e a arte farmacêutica ou o trabalho dos cirurgiões e o trabalho dos boticários. A estes cumpria trabalhar com os objectos cirúrgicos ou farmacêuticos sob a orientação médica.

Com a reforma pombalina dos estudos médicos, o Hospital Escolar destinava-se ao ensino da clínica médica, o Teatro Anatômico ao ensino da anatomia, base da cirurgia e o Dispensatório Farmacêutico destinava-se ao ensino da farmácia. Todos estes estabelecimentos não se encerravam na própria Universidade: eram espaços abertos à comunidade e, por isso, de utilidade pública para a cidade de Coimbra ou de quem deles necessitasse. Estas orientações eram muito mais marcadas no Hospital Escolar que funcionava como hospital público e no Dispensatório Farmacêutico que funcionava como botica pública.

3. O Hospital Escolar

Sobre a institucionalização do Hospital Escolar os *Estatutos* de 1772 dizem o seguinte:

“Sendo a *Prática da Medicina, e Cirurgia* a parte mais importante, e necessaria das Lições desta Faculdade, para a qual, como fim da mesma *Medicina*, se ordenam todos os conhecimentos da *Theorica*: E sendo por essa razão necessario que tenham os Estudantes hum exercicio vivo, effi- caz, e continuo da applicação das Doutrinas geraes aos casos particulares, vistos, conhecidos, e observados ás cabeceiras dos mesmos enfermos, até alcançarem o *Habito* pessoal, que lhes he necessario para se fazerem, e constituirem Medicos uteis á saude dos Meus Vassalos, e sem o qual não podem ser Formados, e Approvados, na fórma destes Estatutos: He necessario, que hum Hospital bem regido, e adminiustrado se considere, como Estabelecimento essencial da Faculdade...”²⁵

Isto é: declarava-se que o Hospital era um estabelecimento funda- mental da Faculdade de Medicina e do ensino médico. E, de tal modo o era, que se dizia nos mesmos estatutos que se deveria considerar como “a melhor Cadeira da Medicina”²⁶. Por isso era necessário construir um Hospital novo, uma vez que o Hospital ou os Hospitais então existentes nos baixos da cidade de Coimbra, hospitais públicos não destinados propositadamente ao ensino, se encontravam em “lugar baixo, humido, e pouco saudavel”²⁷, além de se situar longe da Universidade. Era ne- cessário, então, “que a Universidade tenha hum Hospital proprio, em lugar vizinho das Escolas; regido, e governado pela mesma Faculdade; de sorte, que as Prelecções, Exercicios, e Exames de Prática, se façam nelle com toda a commodidade, e aproveitamento dos Estudantes”²⁸. Deve recordar-se que o ensino médico existente na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra até 1772 tinha alguma base de aprendiza- gem prática hospitalar. O ensino prático existiu, sustentado no hospital da cidade, mas, ao que tudo indica, em condições deficientíssimas e nada concordantes com o rigor mínimo exigível para o ensino da clínica numa Faculdade de Medicina.

²⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 114.

²⁶ *Idem*, p. 114.

²⁷ *Idem*, p. 114.

²⁸ *Idem*, p. 115.

Fundado em 1772, com os apetrechos e as áreas adequadas ao ensino da medicina e funcionando como hospital público, o Hospital Escolar iniciou a sua laboração em 1779. Os setes anos de intervalo entre a sua institucionalização e o início de funcionamento ficaram a dever-se às obras realizadas no imóvel que havia pertencido à Companhia de Jesus e que havia sido adaptado para instalações da Universidade – grande parte do complexo do edifício do Colégio de Jesus. Mais concretamente, o topo Norte do edifício situado na parte posterior da então Sé de Coimbra, ocupando uma área considerável no contexto dos estabelecimentos fundados pela reforma pombalina.

De início, a lotação do novo hospital era de 68 doentes. Poucos anos depois, era de 80 doentes e em 1810 esse número aumentou para 120 doentes²⁹, embora as recomendações de Ribeiro Sanches para a lotação de um Hospital Escolar fosse de 30 a 50 doentes. Com administração dependente da Universidade, o Hospital Escolar manteve-se em funções naquele local até 1838, ano em que foram iniciadas algumas mudanças para o Colégio de S. Jerónimo. Em 1870 o Hospital Escolar já se encontrava totalmente transferido para esse novo espaço. Cerca de cem anos após a sua fundação, segundo o testemunho de A. A. Costa Simões³⁰, médico, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, pioneiro da fisiologia no nosso país e que durante vários anos administrou o Hospital Escolar, a transformação operada no edifício ajustava-se perfeitamente aos objectivos pretendidos.

Deve salientar-se que, do ponto de vista administrativo, o novo Hospital Escolar resultou da fusão de estabelecimentos hospitalares existentes na cidade de Coimbra e que no tempo da reforma pombalina se encontravam em funcionamento, nomeadamente o Hospital Real, o Hospital da Convalescença e o Hospital dos Lázarus³¹. Este tipo de medidas, isto é,

²⁹ Em 1852 o hospital comportava um total de 200 a 250 doentes, número considerado absolutamente crítico quando comparado com a lotação inicial do hospital. Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit., p. 273.

³⁰ Cf. A.A. da Costa Simões, *Notícia Histórica dos Hospitales da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 104.

³¹ Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit., pp. 273-274.

a congregação de pequenas unidades hospitalares em instituições hospitalares gerais era uma tendência nas medidas sanitárias e assistenciais europeias. A nosso ver, a constituição de um hospital com um maior número de camas do que as unidades existentes prendia-se, também, para além de outras razões de ordem administrativa, com a natureza do hospital que, sendo escolar, necessitava de um quadro variado de doentes para que se fizesse uma adequada e completa aprendizagem médica³².

O Hospital Escolar era dotado de áreas bem determinadas para o exercício da clínica e do ensino médico. Nos três pisos ocupados pelo Hospital Escolar, cuja entrada principal se situava na actual Couraça dos Apóstolos e cuja entrada de recurso se fazia pelo actual Largo Marquês de Pombal, repartiam-se espaços que, comparados com o antigo hospital da cidade situado na parte baixa, eram amplos e arejados, condição fundamental para a assistência hospitalar.

A dinâmica imposta ao Hospital Escolar não pretendia transformá-lo, unicamente, num hospital destinado ao ensino e muito menos havia a intenção de o perspectivar enquanto instituição assistencial de tipo medieval. A sua localização, organização e dinâmica era, teoricamente, articulável com as mais modernas tendências hospitalares da época. Com efeito, foi no quadro da defesa das melhores condições económicas dos hospitais e atendendo às tendências de modernização, que se fundaram na Europa grandes hospitais gerais³³. Erwin Ackerknecht³⁴ demonstrou a função imprescindível do hospital na medicina do trânsito do século XVIII para o século XIX, denominando-a mesmo de medicina hospitalar.

³² Além destas razões podem apontar-se razões de ordem administrativa: o bolo económico resultante da reunião dos rendimentos dos três hospitais existentes na cidade de Coimbra proporcionava uma condição económica mais desafogada para o Hospital Escolar, sendo possível exercer um controlo económico mais rigoroso na gestão hospitalar. Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 274.

³³ Cf. Juan Riera, *Historia, Medicina y Sociedad*, Madrid, Pirámide, 1985, p. 393 e ss.

³⁴ Cf. Erwin Ackerknecht, *La médecine Hospitalière à Paris (1794-1848)*, Paris, Payot, 1986, pp. 29-30.

Pelo Hospital Escolar passaram muitos dos médicos mais credenciados da história da medicina portuguesa de finais do século XVIII. Este facto não é de admirar pois sendo escolar, o hospital deveria funcionar como sede dos cientistas médicos portugueses mais capazes. Com efeito, competia à Faculdade de Medicina funcionar como polo dinamizador e produtor do saber científico em Portugal.

Deve contudo dizer-se que Portugal foi, sobretudo, um país receptor e não produtor de saber científico³⁵ como o foram e são a França, a Inglaterra, a Alemanha, etc.. No entanto, à medida das suas possibilidades institucionais, científicas e económicas, o Hospital Escolar procurou encontrar respostas para os mais relevantes problemas científicos e sanitários da época.

Nomes como os de António José Pereira, António José Francisco de Aguiar, Manuel António Sobral, José Francisco Leal, José Correia Picanço e Francisco Tavares são os nomes de alguns médicos e lentes da Faculdade de Medicina de Coimbra que trabalharam inicialmente no Hospital Escolar como clínicos. Devemos destacar os nomes de António José Pereira e de António José Francisco d'Aguiar que, no início da laboração do Hospital, eram lentes das cadeiras de prática, portanto os mais implicados na articulação entre ensino médico e prática clínica. De resto, os *Estatutos* de 1772 determinavam que “no Governo Economico será administrado alternativamente pelos mesmos dous Lentes de Prática, succedendo-se hum ao outro no cargo de Director, de tres em tres Mezes, com subordinação ao Reitor, e á Congregação da Faculdade...”³⁶

Não menos importante é que, com a fundação do Hospital Escolar pretendia-se enquadrar os três grandes ramos da medicina – clínica, cirurgia e farmácia – pois o Dispensatório Farmacêutico e o Teatro Anatómico eram estabelecimentos dependentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e directamente relacionados com a produção medicamentosa e com a anatomia e a cirurgia.

³⁵ Cf. Ana Leonor Pereira; João Rui Pita “Ciências”, in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 652-667.

³⁶ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 118.

4. O Teatro Anatômico

Diziam os *Estatutos* de 1772 que “o *Theatro Anatomico* he, depois do Hospital, o Estabelecimento mais necessario, e essencial da Faculdade”³⁷. As razões desta hierarquização prendiam-se com o facto de a anatomia ser considerada a base da cirurgia e, como tal, também, o suporte fundamental da medicina. Os *Estatutos* de 1772 diziam, ainda, explicitamente, que não era possível ensinar nem aprender a cirurgia unicamente com aulas teóricas. Era necessário o contacto com a prática que só podia ser feita em estabelecimento próprio – o Teatro Anatômico.

O Teatro Anatômico simboliza um largo conjunto dos ditames médicos mais avançados dos finais do século XVIII: o ensino prático e a observação dos doentes, dos cadáveres e das suas patologias. Para os legisladores, o ensino da anatomia e da prática da cirurgia “requer hum exercicio contínuo de Demosntrações feitas nos Cadaveres, e de *Operações* executadas nelles pelos mesmos Estudantes, segundo fica disposto nestes Estatutos: He consequentemente necessario, que haja hum lugar destinado para estas Lições com todos os aparelhos, e requisitos, que ellas demandam”³⁸. E, numa abordagem declaradamente pós-galénica, ou a indiciar esta tendência, dizia-se nos *Estatutos* que uma das utilidades do estudo das dissecações anatómicas, além da aprendizagem dos primeiros passos a dar na cirurgia, era o estudo e a determinação da causa de morte “para se proceder com melhor sucesso em outras moléstias semelhantes”³⁹. Deste modo, o Teatro Anatômico deveria estar apetrechado com os, então, mais actuais instrumentos e aparelhos cirúrgicos, não só destinados à anatomia e à cirurgia, mas também à arte obstetrícia e à prática das ligaduras e das ataduras.

O lente de anatomia, bem como o demonstrador desta disciplina tinham a seu cargo o funcionamento do Teatro Anatômico, cuidando de todos os aspectos relacionados com a dinâmica científica e com o quotidiano da instituição.

³⁷ *Idem*, p. 120.

³⁸ *Idem*, p. 120.

³⁹ *Idem*, p. 120.

O Teatro Anatómico não servia como escola de formação de cirurgiões. Servia como local de aprendizagem da anatomia e da cirurgia pelos alunos de medicina. É que entendia-se que todos os médicos deveriam saber anatomia e cirurgia. Ou seja: todos os médicos deveriam ser, também, cirurgiões, pretendendo-se, deste modo, diluir a barreira existente entre o exercício profissional da cirurgia e da medicina. Por isso se dizia, na abertura dos *Estatutos* pombalinos dos estudos médicos que “o divorcio entre a *Medicina*, e *Cirurgia*, tem sido mais do que todas as outras causas prejudicial aos progressos da Arte de curar, e funesto á vida dos homens; não sendo possível que seja bom Medico, quem não for ao mesmo tempo Cirurgião, e reciprocamente”⁴⁰. Reconhecia-se, assim, que a integração da cirurgia no quadro superior da medicina doutrinal era imprescindível para a afirmação eficiente da medicina, dizendo-se mesmo nos *Estatutos* de 1772 “que daqui por diante sejam todos os Medicos ao mesmo tempo Cirurgiões, passando-se-lhes as Cartas com a declaração de huma, e outra cousa, sobre os Actos, e Exames, que dellas hão de fazer”⁴¹. Para redimensionar a cirurgia no quadro das disciplinas médicas, os *Estatutos* de 1772 sublinhavam ainda que a cirurgia “seja considerada na mesma graduação, e nobreza, em que até agora se teve a Medicina interna; pondo-se rigoroso silencio em todas as alterações e disputas, que sobre isto tem movido os fautores do referido divorcio entre a *Medicina* e *Cirurgia*, com tão grande prejuizo do Bem público”⁴². Contudo, os *Estatutos* pombalinos faziam questão de reforçar o seguinte: os médicos, formados a partir de então, eram simultaneamente cirurgiões, porque a cirurgia passava a ser, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, parte integrante da medicina e exercida por uma mesma pessoa. Em contrapartida, não eram reconhecidos como médicos os cirurgiões ou os sangradores. Estes, praticantes de artes manuais, não poderiam ser reconhecidos como médicos pois sabiam cirurgia e não medicina. Se quisessem exercer a medicina deveriam tirar o curso

⁴⁰ *Idem*, p. 20.

⁴¹ *Idem*, p. 20.

⁴² *Idem*, p. 20.

médico na respectiva Faculdade. Assim, os *Estatutos* de 1772 diziam que “não se entenderá com tudo por esta disposição, que fiquem os simples Cirurgiões Flebotomistas, ou Sangradores elevados á graduação de Medicos; quando forem méros executores das operações Cirurgicas; e não tiverem unido o estudo da Cirurgia com o da Medicina; e ouvido hum, e outro nos Geraes da Universidade”⁴³.

Deve salientar-se que deste modo se abriu um conflito socio-profissional difuso entre a cirurgia e a medicina e, sobretudo, entre cirurgiões e médicos, conflito que se arrastou pelo século XIX. A fundação das Escolas Régias de Cirurgia, em 1825, posteriormente transformadas, em 1836, em Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, o grau de habilitação que conferiam e o respectivo exercício profissional resultante dessa graduação deram força aos cirurgiões e não puseram fim à conflitualidade, ora latente ora manifesta. Em vez disso, assiste-se a um conflito histórico entre as Escolas e a Faculdade de Medicina de Coimbra e entre os médicos e os habilitados pelas Escolas Médico-Cirúrgicas.

Luís Cecchi foi contratado em 1772 para o ensino da anatomia e da cirurgia na Universidade de Coimbra. A sua contratação revelou-se, a breve prazo, como um investimento económico e científico fracassado. Foi conferido o grau de doutor a Luís Cecchi em 11 de Outubro de 1772 e o seu vencimento foi-lhe significativamente aumentado (70%) em 1774, por sua exigência. Contudo, a breve trecho teve desentendimentos com outros lentes universitários, tendo estes sustentado que o mau ambiente criado se ficou a dever à fraca prestação do médico italiano. Quando o professor italiano foi afastado das suas funções na Universidade de Coimbra, as instalações do Hospital Escolar ainda não estavam concluídas; também se encontravam em obras todos os outros estabelecimentos anexos, entre os quais o Teatro Anatómico. O reitor-reformador sustentava, em 1777⁴⁴, que a não existência de um local próprio para o ensino da anatomia e da cirurgia não constituía grave problema para o ensino destas

⁴³ *Idem*, p. 20.

⁴⁴ Cf. Francisco de Lemos, *Relação geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra, Universidade, 1980, p. 123 e ss.

matérias pois, enquanto o Teatro Anatómico não estivesse concluído, as lições práticas podiam ser realizadas no Colégio das Artes, em instalações provisoriamente adaptadas para tal. Luís Cecchi foi lente de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia até 1776/77⁴⁵. Deve dizer-se que aqueles estabelecimentos eram imprescindíveis para a anatomia e a cirurgia, quer do ponto de vista do ensino-aprendizagem, quer do ponto de vista da investigação. A nosso ver, esta instabilidade contribuiu decisivamente e de modo negativo para a desmotivação de Luís Cecchi e para a emergência de atritos entre ele e as autoridades universitárias, atritos que culminaram no seu afastamento⁴⁶. Foi substituído por José Correia Picanço que o acompanhara como demonstrador desde o início da reforma pombalina. Alguns anos depois, em 1780, ou seja, um ano depois do complexo hospitalar se encontrar em funcionamento, Caetano José Pinto de Almeida ingressa na carreira docente como demonstrador de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia. Cirurgião hábil e prestigiado, Caetano José Pinto de Almeida deixou-nos uma das obras mais marcantes da história da cirurgia portuguesa, *Prima Chirurgica Therapeutices Elementa*⁴⁷.

5. O Dispensatório Farmacêutico

O Dispensatório Farmacêutico foi outro estabelecimento fundado pela reforma pombalina da Universidade, directamente dependente da Faculdade de Medicina.

A parte dos *Estatutos* reservada ao Dispensatório Farmacêutico transmite-nos quer a dinâmica administrativa, quer a dinâmica científica que se pretendia dar ao estabelecimento.

⁴⁵ Cf. AUC – Universidade de Coimbra. Folhas de Ordenados. Livros 1772 a 1777 – IV-1^aE-11-5-41 a IV-1^aE-11-5-46.

⁴⁶ Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública (1772-1836)*, *ob. cit.*, p. 51 e ss.

⁴⁷ Caetano José Pinto de Almeida, *Prima Chirurgica Therapeutices Elementa*, Conimbricae, Typis Academicæ, 1790. Obra traduzida e adaptada para português por José Bento Lopes em *Primeiros elementos de Cirurgia Therapeutica*, 2 vols., Porto, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1794.

Do texto dos *Estatutos* de 1772 transparece, desde logo, que a criação do Dispensatório Farmacêutico constituía uma premente necessidade. Uma necessidade imediata para fornecer medicamentos aos doentes do Hospital Escolar. Depois, porque tratando-se de um Hospital Escolar, um Dispensatório era indispensável para dar a formação de farmácia aos alunos de medicina. Finalmente, porque seria o suporte institucional para a formação de boticários. É de facto inequívoco o texto dos *Estatutos* pombalinos ao determinar o seguinte:

“Pedindo por uma parte a boa Administração do Hospital que nele ou junto a ele haja uma Botica, na qual se preparem os remédios que forem necessários aos enfermos, e sendo por outra parte muito conveniente que os Estudantes Médicos se exercitem nas Operações da Farmácia, como lhes é encarregado por estes Estatutos, e que na mesma Botica se criem também Boticários de profissão com a inteligência necessária para exercitarem a Arte de um modo saudável à vida dos Meus Vassallos, hei por bem ordenar que no mesmo edifício do Hospital ou junto dele se estabeleça um Dispensatório Farmacêutico com a capacidade e requisitos necessários para satisfazer aos sobreditos objectos”⁴⁸.

Muito resumidamente podemos concluir, pois, que se tratava, em última instância, de um estabelecimento destinado a promover o ensino a médicos e boticários e a preparar medicamentos tanto para os doentes do hospital como para doentes externos⁴⁹. Esta dupla faceta colocava o Dispensatório numa posição ímpar no seio da história da farmácia e da medicina portuguesas. Por um lado, porque se tratava do primeiro serviço farmacêutico do primeiro Hospital da Universidade de Coimbra, devidamente organizado.

⁴⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 122.

⁴⁹ Cf. João Rui Pita, “Dispensatório Farmacêutico. Subsídios para a sua história, *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*, 11(1)1987, pp.69-74; “O ensino da Farmácia na reforma pombalina da Universidade de Coimbra”, *Kalliope-De Medicina*, Coimbra, 1(2)1988, pp.41-45; João Rui Pita, “Notas sobre a fundação do Dispensatório Farmacêutico do Hospital da Universidade(1772)”, *Munda*, Coimbra, 20, 1990, pp.47-52; “Dispensatório Farmacêutico – a Botica do Hospital da Universidade. Subsídios para a sua história”, in *Universidade(s)Historia. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso Historia da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, vol. 2, 1991, pp. 11-19. Nestas publicações tivemos oportunidade de salientar que uma das principais facetas que caracterizavam o Dispensatório Farmacêutico era a dupla qualidade de instituição de ensino e de produção medicamentosa.

Por outro lado, porque se tratava do primeiro espaço intra-muros universitários reservado ao ensino da farmácia em Portugal⁵⁰.

Foi a partir da fundação do Dispensatório Farmacêutico em 1772 que o ensino farmacêutico em Portugal passou a ter um espaço próprio para ser ministrado e desenvolvido. Pensamos que este aspecto é, de facto, um dos mais relevantes, senão o mais importante que do ponto de vista institucional se relaciona com a problemática da fundação do Dispensatório⁵¹.

Mesmo que se pense que outros objectivos pretendiam ser atingidos com a fundação do Dispensatório, o certo é que, ao aproveitar-se aquele local para a formação específica de boticários, independentemente do regime de estudos em questão, estava a valorizar-se um domínio científico e a valorizar-se, também, uma vertente profissional – a arte farmacêutica ou a arte de botica⁵². Ao destinar-se esse espaço para a formação de boticários, reconhecia-se a necessidade de constituir de um estrato profissional com capacidade técnico-científica para manipular e produzir medicamentos. Isto, claro está, independentemente da condição de subalternidade profissional e social que era atribuída ao boticário, tal como ao cirurgião, relativamente ao médico, o que acabaria por gerar conflitos profissionais e por ser a raiz de todo o processo reivindicativo que caracterizaram a farmácia portuguesa oitocentista⁵³.

Na verdade, pensamos que em 1772 a valorização que foi dada à farmácia foi, fundamentalmente, de ordem científica, ocorrendo mais tarde, no

⁵⁰ Sobre a farmácia em Portugal nos finais do século XVIII vide: João Rui Pita, “La farmacia en Portugal a finales del siglo XVIII”, in: Patricia Aceves, *La química en Europa y America (siglos XVIII y XIX) – Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 1994, pp. 69-92.

⁵¹ Cf. João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública (1772-1836)*, *ob. cit.*, p. 270 e ss.

⁵² A existência de uma formação específica para o exercício de uma dada actividade profissional é um dos elementos imprescindíveis para a sua elevação a profissão propriamente dita, dotada de um forte corpo profissional. Sobre este assunto vide João Rui Pita, *Farmácia e medicamento. Noções gerais*, Coimbra, Minerva, 1993, em particular os aspectos relacionados com o exercício da profissão farmacêutica, pp. 5-31. Vide, igualmente, G. Harding, S. Nettleton; K. Taylor, *Sociology for pharmacists. An introduction*, London, MacMillan Academic and Professional, 1990, nomeadamente o capítulo concernente à profissionalização da farmácia, pp. 73-83.

⁵³ João Rui Pita, “Breve história da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra”, *Munda*, 24, 1992, pp. 10-11.

decurso do século XIX, o processo de profissionalização e de autonomização profissional. Depois de referir os objectivos que presidiam à formação do Dispensatório, os *Estatutos* de 1772 forneciam uma visão das diversas áreas que constituíam a botica do hospital e o seu modo de administração, bem como o regime de escolaridade dos estudantes boticários.

Adiante-se, desde já, que para o Dispensatório foram destinadas as antigas instalações da Companhia de Jesus deixadas vagas após a determinação da sua expulsão de Portugal em 1759, mais concretamente os edifícios contíguos à Igreja do Colégio dos Jesuítas que entretanto havia sido entregue ao Cabido da Sé de Coimbra, sendo adaptada a Sé Catedral⁵⁴. O Dispensatório instalou-se na parte Norte daquele complexo, ocupando toda a actual rua Cirurgião Inácio Duarte e o ângulo desta rua com o actual Largo Marquês de Pombal com a frente voltada para o Laboratório Químico. Era enorme a área total reservada à farmácia sendo composta por diversas áreas distintas: “Casa de espera dos doentes”; a “Botica pública”; a “Aula de farmácia”; a “Cozinha da farmácia”; as chamadas “Acomodações do Dispensatório Farmacêutico”; o “Armazém do Dispensatório Farmacêutico”; e, ainda, a “Cozinha para os alambiques”. As áreas encontravam-se relacionadas com o ensino e o exercício profissional farmacêutico. Deve salientar-se a existência no local de uma “botica pública” pois o Dispensatório Farmacêutico funcionava, também, como estabelecimento fornecedor de medicamentos a doentes externos ao hospital.

O Dispensatório não acompanhou logo a mudança do Hospital Escolar em 1853, tendo-se mantido naquele espaço até 1881, ano em que se procedeu à sua mudança para o Colégio de S. Jerónimo. Portanto, durante, aproximadamente, cem anos, o Dispensatório Farmacêutico funcionou

⁵⁴ Vide a planta do Dispensatório Farmacêutico e dos outros estabelecimentos dependentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, *“Riscos das obras da Universidade de Coimbra “ . O valioso álbum da reforma pombalina*, Coimbra, Museu Machado de Castro, 1983. Foi por Carta de 11 de Outubro de 1772 que D. José autorizou o Marquês de Pombal a dar aos edifícios o destino que entendesse para benefício da Universidade e, a 14 de Outubro do mesmo mês, os espaços do edifício foram legalmente ocupados. Assim, toda aquela área foi ocupada, quer pelo Cabido, quer pela Universidade depois de devidamente remodelada.

nas instalações que lhe haviam sido concedidas pela reforma pombalina da Universidade.

O Dispensatório estava dependente da cadeira de Matéria Médica e Arte Farmacêutica do curso de medicina. O governo diário da botica era da responsabilidade de um boticário administrador mas a tutela máxima estava a cargo do lente de Matéria Médica e do Demonstrador da cadeira.

Teoricamente, o Dispensatório Farmacêutico deveria assumir-se como o pólo dinamizador da arte farmacêutica e dos estudos de matéria médica em Portugal. Nem sempre isto aconteceu do ponto de vista prático embora tenham passado pela tutela do Dispensatório e pela cátedra de Matéria Médica e Arte Farmacêutica alguns vultos representativos da história da medicina e da farmácia portuguesas. José Francisco Leal⁵⁵ foi o primeiro lente da cadeira após a reforma pombalina da Universidade e manteve-se no cargo até 1782/83, beneficiando desde 1779/80 do apoio do Demonstrador Francisco Tavares, que depois lhe sucedeu como titular da cátedra. Francisco Tavares foi uma das figuras mais relevantes da medicina e da farmácia de finais do século XVIII e do início do século XIX e que nos legou obras valiosas sobretudo no campo da farmácia e da hidrologia médica⁵⁶. Pelo seu prestígio científico são dignas de referência as obras que redigiu como, por exemplo: *De pharmacologia libellus*⁵⁷, *Medicamentorum sylloge*⁵⁸, *Advertências sobre os abusos, e legitimo uso das águas minerais das Caldas da Rainha*⁵⁹, *Observações e reflexões sobre o uso proveitoso e saudavel da quina na gôta*⁶⁰, para falarmos somente

⁵⁵ Vide um esboço biográfico de José Francisco Leal em João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit., pp. 525-528.

⁵⁶ Cf. biografia de Francisco Tavares em João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit., pp. 531-544.

⁵⁷ Francisco Tavares, *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomodatus*, Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1786.

⁵⁸ Francisco Tavares, *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologicae exempla sistens in usum academicarum praelectionum*, Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1787.

⁵⁹ Francisco Tavares, *Advertências sobre os abusos, e legitimo uso das águas minerais das Caldas da Rainha, para servir de regulamento aos enfermos que delas têm precisão real*, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1791.

⁶⁰ Francisco Tavares, *Observações e reflexões sobre o uso proveitoso e saudavel da quina na gôta*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1802.

de algumas obras editadas em data relativamente próxima da reforma pombalina da Universidade. A estas pode adicionar-se a *Pharmacopeia Geral*⁶¹ a primeira farmacopeia oficial portuguesa, obra editada em 1794 e preconizada pelos *Estatutos* pombalinos da Universidade. Saliente-se que das principais obras publicadas por lentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, são as de cirurgia e as de farmácia as mais representativas; isto é, das matérias que tradicionalmente eram consideradas como as disciplinas propedêuticas da medicina e que do ponto de vista profissional eram as correspondentes ao exercício das artes mecânicas. A nosso ver, esta promoção das disciplinas científicas justamente através da produção de obras representativas pode significar a necessidade de afirmação científica desse domínios o que, nestes caso concreto e com as obras presentes, foi uma efectiva realidade.

O Dispensatório Farmacêutico iniciou o seu funcionamento em 1779. Os sete anos transcorridos entre a sua institucionalização e o início da sua laboração representam o período de instalação do estabelecimento. Nessa fase, os medicamentos eram fornecidos aos doentes do Hospital por boticários da cidade como, por exemplo, Joaquim Freire, que veio a ser Demonstrador da cadeira de Matéria Médica e Farmácia até Francisco Tavares assumir o cargo.

Dos estudos que realizámos deve salientar-se que o Dispensatório Farmacêutico passou por diversas fases no que concerne ao seu funcionamento: fases positivas e de expansão e outras de diminuta pujança técnica e científica, destacando-se no consumo dos medicamentos e das drogas utilizadas a quina, droga de origem americana, e que se veio a revelar desde o século XVII como um dos produtos mais importantes do arsenal terapêutico europeu.

No Dispensatório formavam-se boticários. Os *Estatutos* de 1772 fundaram um curso de boticários, na sequência do curso já existente desde os finais do século XVI. Todos os que quisessem ser boticários deveriam praticar dois anos de química e dois anos no Dispensatório Farmacêutico após os quais realizavam exame apropriado. Era um curso essencialmente prático; diariamente no Dispensatório todos os que quisessem ser bo-

⁶¹ *Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Regia Officina Typografica, 1794.

ticários exercitavam e ouviam as lições práticas da cadeira de Matéria Médica e Farmácia. No Dispensatório os alunos de medicina tinham as aulas práticas da cadeira de Matéria Médica e Farmácia.

Esta estruturação teve reflexos na condição socio-profissional da farmácia portuguesa. Isto é: havia o reconhecimento de que a farmácia era uma disciplina científica do maior interesse para a formação médica mas, do ponto de vista do exercício profissional, a farmácia continuava a ser uma arte mecânica, uma actividade dotada de especificidade manual e para a qual estavam destinados os boticários. A fundação deste curso de boticários depois apelidado vulgarmente de escola de boticários, esteve na base da fundação da Escola de Farmácia fundada em 1836 juntamente com as Escolas de Farmácia de Lisboa e do Porto. Enquanto que a Escola de Coimbra estava anexa à Faculdade de Medicina, as escolas de Lisboa e do Porto estavam anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas. Contrariamente à cirurgia, que gradualmente se integrou na medicina doutrinal, a farmácia iniciou a sua trajectória ascendente na hierarquia das profissões sanitárias afirmando-se enquanto um campo doutrinal próprio, emancipada da medicina e apresentando-se progressivamente como uma parceira científica da medicina, tendo no horizonte o mesmo fim: a saúde das populações.

6. A produção científica e os manuais escolares

Nos finais do século XVIII e no início do século XIX a Universidade de Coimbra podia assumir-se institucionalmente como o grande pólo português produtor e divulgador de saber científico e, ainda, formador profissional. No caso concreto da medicina e da farmácia, somente com a fundação das Escolas Médico-Cirúrgicas⁶² e das Escolas de Farmácia⁶³

⁶² Deve recordar-se que estas Escolas tiveram como antecessoras as Régias Escolas de Cirurgia fundadas em 1825.

⁶³ Reportamo-nos unicamente à formação de boticários em instituições específicas para esse efeito. Não nos referimos à obtenção do título de boticário através da via do físico-mor e que constituiu desde o século XVI até ao século XIX uma via alternativa para a obtenção da carta de boticário.

de Lisboa e do Porto, em 1836, a Universidade de Coimbra perdeu o exclusivo desse bloco das ciências e das profissões sanitárias.

O facto de a Universidade de Coimbra ser então a única instituição de ensino superior existente no país ou, como adiantou o lente médico João Pereira de Azevedo, “a única escola completa e geral da nação portuguesa”⁶⁴ possibilitava-lhe, na verdade, ter o monopólio daquela função⁶⁵ científica e educativa. Esta condição de absoluta exclusividade de investigação e ensino, nomeadamente de investigação e ensino médico-cirúrgico e farmacêutico, começou a perder-se, então, com a fundação das Régias Escolas de Cirurgia⁶⁶ diluindo-se ainda mais aquele exclusivo com a fundação das Escolas Médico-Cirúrgicas em Lisboa e no Porto⁶⁷, como referimos.

De acordo com os textos da reforma pombalina, cabia à Universidade de Coimbra a dupla função de docência e de investigação. São claras, a tal propósito, as palavras do reitor reformador Francisco de Lemos ao referir-se às Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia: se os professores universitários não fossem simultaneamente “Mestres” e “Inventores” o ensino daqueles cursos científicos sairia, na verdade, defraudado, devendo todo o professor ser docente e investigador⁶⁸. Mas,

⁶⁴ João Alberto Pereira de Azevedo, *A Universidade de Coimbra em 1843*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1843, p. 1.

⁶⁵ Pese embora a existência de academias científicas em Portugal de data anterior ou contemporâneas à reforma pombalina da Universidade, o certo é que, aquela tripla função era exclusivo da Universidade de Coimbra. Como exemplos citem-se no campo médico-cirúrgico a Academia Cirúrgica Portuense (1748) e, com um campo de actuação mais vasto, a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. Cfr. J.P.Sousa Dias, “Equivocos sobre ciência moderna nas academias médico-cirúrgicas portuenses”, *Medicamento, História e Sociedade*, (Nova série), Lisboa, 1(1)1992, pp.2-8; F.R. Dias Agudo, “Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da ciência”, in *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 1301-1340. Vide, também, Ana Luísa Janeira, “A ciência nas academias portuguesas (século XVIII)”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 5, 1991, pp. 15-21.

⁶⁶ As Régias Escolas de Cirurgia foram criadas por Alvará de 25 de Junho de 1825.

⁶⁷ As Escolas Médico-Cirúrgicas foram criadas por Decreto de 29 de Dezembro de 1836. Em 1836 são fundadas as Escolas de Farmácia de Coimbra, Lisboa e Porto. A Escola de Coimbra funcionava na dependência da Faculdade de Medicina. As de Lisboa e do Porto funcionavam na dependência das Escolas Médico-Cirúrgicas.

⁶⁸ Francisco de Lemos adianta claramente ao referir-se à medicina, à matemática e à filosofia: “Como estas Ciências se estão cada dia aumentando com descobrimentos novos pelo meio da Observação, e da Experiência; e se tem conhecido que não sendo os Professores

se para a investigação a existência de determinados espaços se mostrava, na verdade, uma necessidade de primeira linha, para as funções docentes revestia-se, também, do maior interesse, a disponibilidade de bibliografia conducente a uma melhor formação dos alunos⁶⁹.

Os Estatutos pombalinos contemplam, por isso, esta faceta, ou seja, a produção literária dos seus docentes exclusivamente destinada aos alunos. No Livro III, Parte I, Título II, Capítulo II, Parágrafo 12 dos estatutos médicos refere-se, inequivocamente, que as lições devem ser dadas pelos melhores autores, devendo-se optar por obras que, simultaneamente, congregassem dois aspectos fundamentais: por um lado, que fossem actuais e, por outro lado, que se manifestassem concisas⁷⁰. Deviam ser remetidas para plano secundário as obras que se revelassem demasiado elementares e superficiais, destinando-se as mais volumosas, “em que se acham as matérias discutidas ao largo, e ornadas com erudição acessória”⁷¹, a consultas complementares e não ao estudo fundamental da disciplina⁷². Os autores escolhidos deveriam ser os mais actuais recomendando-se mesmo que as orientações bibliográficas fossem alteradas de acordo com o que de melhor e mais actual fosse surgindo na comunidade científica.

ao mesmo tempo Mestres, e Inventores; não pode ser útil o mesmo Ensino Público; porque subsistem puramente os conhecimentos, que uma vez começaram a ensinar; e são difíceis em receber os descobrimentos novos com grande dano das Ciências e do aproveitamento da Mocidade”(Relação Geral do Estado da Universidade (1777), *ob. cit.*, pp. 229-230). Cf. Joaquim Ferreira Gomes, “Pombal e a reforma da Universidade”, in *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, *ob. cit.*, pp. 243-244.

⁶⁹ Sobre os compêndios universitários utilizados pela Universidade de Coimbra após a reforma pombalina consultar a obra de Rómulo de Carvalho, *Sobre os compêndios universitários exigidos pela Reforma Pombalina*, Figueira da Foz, 1963.

⁷⁰ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p.21.

⁷¹ *Idem*, p.21.

⁷² Estas orientações estão de acordo com o que se encontrava inscrito nos *Artigos decididos Sobre a Economia das Aulas, Actos, e Acções Académicas, mandados observar pela Carta Regia de 28 de Janeiro de 1790, como se fizessem parte della, e fosse, distinctamente assignados por Sua Magestade*, s.l. , s.d. (BGUC – Miscelânea – vol DCLXXX – nº 11182). Neste documento inscreve-se o seguinte: “Resolveo Sua Magestade, que os Compêndios, de que actualmente se usa nas Aulas, se examinem nas respectivas Congregações, para o fim de constar, se cabe no número das lições o explicar-se toda a doutrina, que neles se contém. E que parecendo demasiadamente extensos em proporção ao tempo, em que devem acabar-se, se tome nas mesmas Congregações conhecimento das matérias, que por meios importantes podem omitir-se formando-se Assento do que resultar, para servir de regra impreterível aos Professores”, p. 3.

A posição estatutária não era, de facto, dogmática. Muito pelo contrário: sugeriria-se que, sempre que necessário, deveriam os compêndios ser substituídos de acordo com as doutrinas mais actuais que deveriam constituir a base do ensino médico, ou seja, ser suporte teórico e doutrinal. Por este motivo, a Congregação Geral⁷³ deveria pronunciar-se em cada ano se “devem continuar-se as Lições para o ano seguinte pelos mesmos Livros, ou se devem substituir-se outros melhores”⁷⁴. Saliente-se, no entanto, que os Estatutos pombalinos conferiam à Faculdade de Medicina o poder de tutelar ou de apreciar os textos que se viessem a publicar em Portugal no âmbito da medicina e cirurgia. Neles se referia que, atendendo ao facto de muitas vezes se publicarem obras médico-cirúrgicas “cheias de especulações inúteis, e perigosas, e de remédios equívocos, e imaginários”⁷⁵, estaria proibida, a partir daquela data, a impressão de livros quer pertencentes a membros da Faculdade de Medicina ou outros, desde que não fossem sujeitos à apreciação dos Censores da Faculdade de Medicina. Estes tinham por obrigação fazer sobre a obra “um maduro exame”⁷⁶, pronunciando-se, de seguida, sobre a sua eventual publicação⁷⁷.

Nos anos seguintes à reforma da Universidade as obras destinadas ao ensino médico eram de autores estrangeiros o que não nos surpreende face à impossibilidade de se dispor no próprio ano da reforma ou nos anos imediatos, de bibliografia devidamente preparada ou traduzida pelos lentes universitários. Na *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)* o reitor-reformador Francisco de Lemos faz a discriminação das obras adoptadas para as aulas do curso de medicina. Para a cadeira de Matéria

⁷³ A Congregação da Faculdade de Medicina foi um órgão criado no âmbito da Faculdade de Medicina que tinha por função maioritária tutelar a observância dos Estatutos de 1772 além de vigiar outros aspectos da saúde pública portuguesa. Cf. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 130-136.

⁷⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, vol. 3, *ob. cit.*, p. 22.

⁷⁵ *Idem*, p. 138.

⁷⁶ *Idem*, p. 138-139.

⁷⁷ *Idem*, p. 139. Os censores da Faculdade de Medicina eram lentes da Faculdade designados para se pronunciarem sobre as obras médicas e cirúrgicas que se pretendiam editar. O cargo não era vitalício, estando vinculado a um regime de transitoriedade, como o eram os cargos de director, fiscal ou secretário da Faculdade. Saliente-se que nenhum dos detentores destes cargos poderiam conjugá-los com o de censor.

Médica e Farmácia, a *Matéria Médica* de Crantz; para a Anatomia, o compêndio de Heister; Haller foi o mestre adoptado para as Instituições e para o quarto ano destinavam-se os *Aforismos* de Hipócrates e de Boerhaave⁷⁸.

Na reunião da Congregação da Faculdade de Medicina de 2 de Dezembro de 1786 reforça-se a dinâmica dos lentes e apelava-se à sua produção científica⁷⁹. Através de Avisos pretendia-se que os lentes da Universidade de Coimbra produzissem os seus próprios livros que serviriam os alunos como base de estudo. Cada Faculdade deveria dispor dos seus próprios textos que seriam, na verdade, reveladores do empenhamento que os diversos lentes colocavam na investigação e no ensino das disciplinas de que estavam encarregados. De facto, até àquela data ainda a Universidade de Coimbra não havia produzido qualquer obra, qualquer texto que “faça ver os progressos”⁸⁰ dos diversos domínios científicos, nomeadamente da medicina, não se tendo cumprido, portanto, o que se adiantava nos Estatutos de 1772 acerca da produção científica dos lentes. É assim que na reunião da Congregação da Faculdade de Medicina de 2 de Dezembro de 1786 foram nomeados os lentes para a execução dos compêndios: ao Doutor Francisco Tavares ficou distribuído o compêndio de matéria médica; ao Doutor José Correia Picanço coube o compêndio de anatomia e de arte obstétrica; o compêndio de cirurgia ficou a cargo de Caetano José Pinto de Almeida; o Doutor Manuel António Sobral foi encarregado de tratar os aforismos de Hipócrates; um compêndio de terapêutica médica pelo método nosológico foi atribuído ao Doutor António José Francisco de Aguiar; o compêndio de patologia, semiótica etiológica e terapêutica foi destinado ao Doutor Joaquim de Azevedo; ficando o Doutor José Pinto da Silva encarregado da elaboração de um compêndio de fisiologia. Os lentes incumbidos da elaboração dos respectivos tratados deveriam comunicar mensalmente à Congregação da Faculdade de Medicina o andamento das obras⁸¹.

⁷⁸ Cf. Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, *ob. cit.*, pp. 69-70.

⁷⁹ Cf. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1982, pp. 34-38.

⁸⁰ Cf. *Idem*, p. 36.

⁸¹ Cf. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. 36-38.

Através das Actas das Congregações da Faculdade de Medicina conseguimos acompanhar a evolução dos textos de que os lentes haviam sido encarregados de produzir, sendo a verdade que, de todos os compêndios preconizados nas reuniões da congregação, apenas alguns conseguiram ser dados à estampa.

Francisco Tavares e Caetano José Pinto de Almeida são dois nomes que sobressaem na história da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e do ensino médico e farmacêutico, entre outros motivos, pelo facto de terem sido os dois únicos lentes do corpo docente inicial ou relativamente próximo do início da entrada em vigor da reforma pombalina da Universidade que cumpriram as orientações régias e as recomendações estatutárias sobre a produção e publicação de compêndios universitários. E é oportuno adiantar que se tratavam de obras que correspondem às duas disciplinas científicas com maior carga manual: Matéria Médica e Arte Farmacêutica e Anatomia e Cirurgia.

Francisco Tavares publicou, com data de 1786, o tratado *De Pharmacologia Libellus*⁸² e, um anos depois, o *Medicamentorum Sylloge*⁸³; são livros que se completam e que constituem uma obra em dois volumes no âmbito da matéria médica e da farmácia. Em 1784 Tavares já havia escrito a *Pharmacologia Libellus*, sendo esclarecedoras as palavras de Caetano José Pinto de Almeida, enquanto censor da Faculdade de Medicina, ao opinar sobre esta obra de Tavares: “me pareceo muito digna da Licença que pede, e muito propria para o uzo a que a destina”⁸⁴. A mesma obra teve, ainda, como censor José Francisco Leal, que a 28 de Janeiro de 1785 emitiu o seu parecer adiantando que o texto se revelava, na verdade, “muito digno de aprovação”⁸⁵. No que concerne, porém, ao ano exacto da publicação do volume datado de 1787 será oportuna uma observação.

⁸² Francisco Tavares, *De Pharmacologia Libellus Academicis Praelectionibus Accommodatus*, ob. cit..

⁸³ Francisco Tavares, *Medicamentorum Sylloge Propriae Pharmacologiae Exempla Sistens in Usum Academicum Praelectionum*, ob. cit..

⁸⁴ Parecer dado por Caetano José Pinto de Almeida em 5 de Outubro de 1784 à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra sobre a obra de Francisco Tavares *Pharmacologia Libellus* (AUC – Faculdade de Medicina – ALMEIDA, Caetano José Pinto de – IV-1ºD-6-1-6).

⁸⁵ AUC – Faculdade de Medicina – TAVARES, Francisco – IV-1ºD-9-2.

Com efeito, por Aviso de 1 de Outubro de 1787⁸⁶, a rainha estipulava que, enquanto a segunda parte do compêndio de matéria médica não fosse regamente aprovada, se mandasse suspender provisoriamente a adopção do tratado, enquanto manual escolar. Volvidos, aproximadamente, dois anos e meio, um Aviso de 28 de Abril de 1790⁸⁷ mandava imprimir a segunda parte do compêndio de matéria médica de Francisco Tavares, o tratado de cirurgia terapêutica da autoria de Caetano José Pinto de Almeida e o tratado de física de João António Dalla Bella. Pensamos que a obra de Francisco Tavares a que acabámos de aludir é, precisamente, a mesma⁸⁸. Nas investigações que tivemos oportunidade de efectuar em diversas bibliotecas portuguesas, onde eventualmente encontraríamos a obra de Tavares, não localizámos qualquer texto daquele autor e com aquela data, concernente a matéria médica e farmácia ou qualquer outra do âmbito farmacêutico e da matéria médica. Também por isso somos levados a concluir que o *Medicamentorum Sylloge* se encontrava pronto em 1787, provavelmente nesta data já se encontrava parcialmente impresso, mas só foi editado em 1790 embora com data de 1787, provavelmente o ano em que oficialmente o autor concluiu a obra ou o ano em que ela acabou de ser totalmente impressa.

De todo o modo, cabe-nos salientar que este tratado de matéria médica e farmácia, em dois volumes, correspondendo aos anseios pedagógicos e, igualmente, científicos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, veio substituir o livro que, após 1772, tinha sido adoptado como texto base para o ensino da cadeira de Matéria Médica: o tratado

⁸⁶ Neste Aviso régio determinava-se o seguinte: “A Sua Magestade foi presente a Segunda Parte do Compendio de Matéria Médica, que compôs o Doutor Francisco Tavares, e que foi impressa, depois de revista, a aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina: E a mesma Senhora, que em tudo deseja o progresso das Ciências Académicas, e dos Professores delas, Tem mandado ver a dita Segunda Parte do referido Compendio para sobre o resultado deste Exame estabelecer a Sua Real Aprovação; e é Servida que, enquanto não a faz manifesta pelo modo, com que é Costume, se não ensine na Aula respectiva pelo dito Compendio, e se espere para este fim pela Sua Real Aprovação”.

⁸⁷ Sobre estas três obras determinava-se claramente no Aviso o seguinte: “que de todas as três se faça uso, e por elas se ensine nas Aulas da Universidade”.

⁸⁸ Cf. sobre este assunto João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit., p. 113 e ss..

de matéria médica de Crantz⁸⁹. A *Pharmacologia Libellus* é uma obra com 299 p., escrita em latim e dividida em três partes. A primeira diz respeito aos pesos, medidas e utensílios farmacêuticos; a segunda, às operações farmacêuticas; a terceira parte, aos medicamentos compostos. O *Medicamentorum Sylloge* apresenta um número maior de páginas, 343 p., sendo na sua essência um formulário medicamentoso e uma listagem das matérias-primas necessárias à preparação desses mesmos medicamentos.

Embora aquelas obras de Tavares se tenham mantido como textos base do ensino da matéria médica e farmácia durante cerca de duas dezenas de anos⁹⁰, tal facto não impediu que o ensino daquela disciplina fosse durante aquele tempo igualmente apoiado, por exemplo, pelo tratado de matéria médica de Cullen⁹¹, um dos cientistas que mais influenciou doutrinadamente a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra no início do século XIX⁹².

Convirá ainda salientar que, em 1809, Francisco Tavares, já a residir em Lisboa, fez publicar a sua edição da *Pharmacologia*⁹³, obra que

⁸⁹ Esta obra é referida por Bernardo Alexandre Leal, que inventariou os livros existentes na Biblioteca da Universidade de Coimbra em 1798, como *Materia Medica ad Chirurgicalia juxta systema Natura Digesta* (B.G.U.C. – manuscritos-LEAL, Bernardo Alexandre-Bibliotheca Medica, 1798). Vide, também, Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, ob. cit., p.77. Tivemos oportunidade de consultar os exemplares existentes na B.G.U.C.. Assim, confrontámo-nos com as edições seguintes: Henrici J.N. Crantz, *Materia Medica et Chirurgicalia*, 3 tomos, Viennae Austriae, Impensis Joannis Paulis Kraus, 1762 e Henrici J.N. Crantz, *Materia Medica et Chirurgicalia*, Viennae, Impensis Joannis Paulis Kraus, 1765.

⁹⁰ No inventário dos livros existentes na Biblioteca da Universidade de Coimbra em 1798 e executado por Bernardo Alexandre Leal, surge muito pouca literatura médica de origem portuguesa no que concerne, especificamente, à matéria médica. Dos 38 títulos inventariados, apenas dois deles são da responsabilidade de autores portugueses: a *Historiologia Medica*, de José Rodrigues de Abreu (Lisboa, 1733) e, precisamente, a *De Pharmacologia Libellus*, de Francisco Tavares, editada em Coimbra no ano de 1786 (B.G.U.C., manuscritos – LEAL, Bernardo Alexandre – Bibliotheca Medica, 1798).

⁹¹ Referimo-nos ao *Traité de Matière Médicale*. Na BCFMC consultámos um exemplar da obra *Traité de Matière Médicale*, Pavie, Imprimerie du R.I. Monastère de S. Sauveur, 1791.

⁹² Cf. Arlindo Camilo Monteiro, “Les doctrines médicales de William Cullen et John Brown en Portugal et en Espagne”, *Petrus Nonius*, 1(1-2/4)1937-38, pp. 83-106/407-478; B.A.S. Mirabeau, *Memoria Historica e Commemorativa da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872 e Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, 2^aed., 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991.

⁹³ Francisco Tavares, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accomodata*, Conimbricae, Typis Academicis, 1809.

pretendia ser um texto base a adoptar nas aulas de Matéria Médica e Farmácia, ou não se indicasse claramente na obra “in usum praelectionum academicarum conimbricensium”. Essa obra, apenas num único volume, pretendia substituir os dois volumes editados em 1786 e em 1787⁹⁴.

Deve salientar-se, também, que a obra farmacêutica de Tavares se manteve no ensino da Matéria Médica e da Farmácia durante cerca de meio século. Na verdade, desde que editou em 1786 a *Pharmacologia Libellus* os seus textos, incluindo as edições da sua *Pharmacologia* não mais deixaram de ser manuais de estudo para os alunos de Matéria Médica e Farmácia, até à edição em 1835 do *Codigo Pharmaceutico Lusitano*⁹⁵ da autoria de Agostinho Albano da Silveira Pinto⁹⁶.

No que toca a Caetano José Pinto de Almeida, há a salientar a publicação, em 1790, da sua obra *Prima Chirurgicae Therapeutices Elementa*⁹⁷ que, quatro anos volvidos, é traduzida para português por José Bento

⁹⁴ Com um total de 437 páginas e escrita em latim, mostrava-se actualizada relativamente aos mais modernos conceitos químicos que a revolução lavoisieriana havia introduzido na comunidade científica, com claras e determinantes repercussões na farmácia. Uma das influências mais visíveis da nova química na farmácia foi, precisamente, ao nível da nomenclatura medicamentosa. Também noutros campos, Tavares se mostrava cientificamente actualizado e a sua referência aos trabalhos do médico e cientista português Bernardino António Gomes é prova evidente da sua actualização. A *Pharmacologia* encontra-se dividida em quatro partes e apêndices: a primeira parte diz respeito aos pesos, medidas e instrumentos necessários às operações farmacêuticas; a segunda parte, às preparações farmacêuticas; a terceira parte, aos medicamentos compostos; para a quarta parte reservava-se um formulário dos medicamentos compostos e um inventário dos simples. Deve salientar-se que volvidos vinte anos (1829), foi publicada, postumamente, uma nova edição da *Pharmacologia*: Francisco Tavares, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et hodierno saeculo accomodata*, Conimbricae, Ex Typographica Academico-Regia, 1829. Na folha de rosto da nova edição afirma-se expressamente que se trata de uma terceira edição feita de acordo com a segunda. Nesta sequência, e de acordo com as palavras preliminares do autor insertas na obra de 1809, a primeira edição da *Pharmacologia* corresponderia, precisamente, aos dois volumes editados um pouco mais de duas décadas antes: a *Pharmacologia Libellus* e o *Medicamentorum Sylloge*.

⁹⁵ Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.

⁹⁶ Para além de se revestir de interesse compendiário, esta obra tem um acentuado cariz prático, tendo servido como farmacopeia oficial.

⁹⁷ Caetano José Pinto de Almeida, *Prima Chirurgicae Therapeutices Elementa*, ob. cit..

Lopes⁹⁸, para quem o sistema apresentado “é o mais exacto, completo, e geral que até agora tem aparecido”⁹⁹.

E, de todos os lentes da Faculdade de Medicina, com particular destaque para os lentes de Matéria Médica e Farmácia, não há muitas mais informações sobre os seus manuais escolares. Refiram-se, contudo, já no decurso do século XIX, mas certamente tendo presente o espírito dos manuais sugerido pela reforma de Pombal as relevantes excepções dos textos de Francisco Soares Franco¹⁰⁰, *Elementos de Anatomia*¹⁰¹, publicados no ano de 1818, da obra de Joaquim Navarro de Andrade¹⁰², *Distributio Methodica Interpretandorum Aphorismorum Hippocrates*¹⁰³, editada em 1819 e, ainda, a de José Francisco Leal, *Instituições ou Elementos de Farmacia*¹⁰⁴. Este texto, como ele próprio indica, corresponde às suas lições: “cheio de uma satisfação inocente, vos ofereço meus amados discípulos, aquelas mesmas lições, que desde o ano de 1772 para diante me ouvisteis”¹⁰⁵. Aquando da distribuição da responsabilidade da execução das publicações didácticas, em 1786, já José Francisco Leal tinha falecido¹⁰⁶.

⁹⁸ Clínico do Porto com efémera passagem pela Universidade de Coimbra. Faleceu em 1800. Cf. Ana Maria Bandeira, “Professores da Faculdade de Medicina, 1772-1820”, in *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, vol. 2, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1985 pp. 431-433.

⁹⁹ Caetano José Pinto de Almeida, *Primeiros Elementos de Cirurgia Therapeutica*, 2 vols, Porto, Officina de António Alvarez Ribeiro, 1794-1795, p. V (Tradução de José Bento Lopes).

¹⁰⁰ Francisco Soares Franco fez toda a sua carreira docente ao serviço da Anatomia e da Cirurgia para onde entrou como demonstrador em 1800 e na qual findou a sua carreira académica em 1823. Consultámos o seu processo de professor universitário existente no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC – *Faculdade de Medicina – FRANCO, Francisco Soares – IV-1ºD-7-1-87*).

¹⁰¹ Francisco Soares Franco, *Elementos de Anatomia*, 2 vols., Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1818.

¹⁰² Joaquim Navarro de Andrade foi docente nas Cadeiras de Prática, de Terapêutica Cirúrgica, de Instituições Médico Cirúrgicas, transitoriamente na de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia e na cadeira de Aforismos. Consultámos o seu processo de professor universitário existente no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC – *Faculdade de Medicina – ANDRADE, Joaquim Navarro de – IV-1ºD-6-2-12A*).

¹⁰³ *Distributio Methodica Interpretandorum Aphorismorum Hippocrates superiori jussu, in usus academicos, juxta nosologicam methodum chirurgiae practicae Plenckii, Primarumque linearum Praxeos medicinalis Cullenii, instituta et ordinata*, Coimbra, 1819.

¹⁰⁴ José Francisco Leal, *Instituições ou Elementos de Farmacia*, *ob. cit.*.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p. 55.

¹⁰⁶ José Francisco Leal faleceu a 13 de Janeiro de 1786.

Provavelmente, foi dos poucos lentes que pretendeu cumprir o que estava estipulado, originalmente, pelos Estatutos pombalinos da Universidade, tendo escrito as suas lições e compilado o seu texto em forma de livro adaptando a obra de Baumé, na altura o mais sério baluarte da ciência farmacêutica. Não nos surpreende que assim seja se atentarmos no facto de se tratar de um lente em quem Pombal depositava toda a confiança quer pedagógica, quer científica, ou não tivesse investido na sua formação científica junto das melhores escolas do centro da europa, nomeadamente com Van Swieten¹⁰⁷.

Esta situação espelhava, aliás, a vivência da Universidade de Coimbra no que respeita à Faculdade de Medicina e ao ensino médico e farmacêutico onde, na sua globalidade, a produção compendiária era, na verdade, escassa. No caso concreto da farmácia, pela especificidade do ensino farmacêutico para boticários, deve salientar-se que apesar do Dispensatório Farmacêutico ter para o seu governo quotidiano um boticário administrador, o certo é que não houve produção científica por parte desses boticários a não ser em meados do século XIX. A obra *Elementos de Pharmacia*¹⁰⁸, da autoria de Cândido Joaquim Xavier Cordeiro, boticário do Dispensatório Farmacêutico, editada pela primeira vez em 1859, e destinada ao ensino e aos profissionais, veio preencher o vazio que se vinha sentindo no domínio da ciência farmacêutica portuguesa, iniciando, na verdade, um novo ciclo no âmbito da literatura científica médico-farmacêutica portuguesa.

Não obstante este panorama da dinâmica universitária e a escassa produção literária no que concerne à elaboração de manuais escolares, deve destacar-se o papel da Faculdade de Medicina que no primeiro quartel do século XIX, só por si, foi responsável pela publicação de 30% do total das obras de autores portugueses destinados ao serviço escolar¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Consultar os elementos biográficos de José Francisco Leal insertos em anexo à obra de João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, ob. cit.

¹⁰⁸ Cândido Joaquim Xavier Cordeiro, *Elementos de Pharmacia*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1859-60.

¹⁰⁹ Cf. o trabalho de Luis Reis Torgal, “Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, 12, 1990, pp. 129-219.

Convirá salientar, ainda, que as disciplinas de Matéria Médica e Farmácia e de Anatomia foram, precisamente, aquelas que mais sobressairam no panorama da literatura dos compêndios escolares, garantindo, dentro do seu âmbito e durante o período que nos ocupa, o acesso dos alunos a livros de autores portugueses.

Em 1803 o naturalista Link publicou a sua obra *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*¹¹⁰ e tece considerações sobre a produção científica na Universidade de Coimbra. A concluir as suas considerações sobre esta instituição, o cientista alemão resume o estado em que encontrou a ciência portuguesa. Na sua perspectiva, Portugal era detentor de homens que tinham um pleno conhecimento do que de mais avançado se fazia no estrangeiro; referia mesmo que no nosso país existiam “excelentes cabeças”¹¹¹ mas que não se encontravam “sábios profundos que cultivassem as ciências unicamente por amor a elas”¹¹². Nesta sequência, para aquele cientista, não seria de admirar que o reflexo editorial de obras científicas fosse escasso em Portugal. Aliava a esta perspectiva o facto dos autores não receberem uma remuneração adequada pela publicação das suas obras, muitas vezes com despesas suportadas pelos próprios autores ou pelas autoridades oficiais; o facto do mercado de venda ser extremamente reduzido e, por isso, nada compensador para quem quisesse publicar pretendendo receber os lucros inerentes a esse trabalho intelectual; e, ainda, a existência de uma censura apertada que em nada beneficiava a publicação de textos literários e científicos¹¹³.

Já no século XIX o trabalho de Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal*¹¹⁴, publicado em 1822, vem confirmar o que Link havia dito em finais do século XVIII. À semelhança do que havia acontecido com

¹¹⁰ H. Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, Levrault, Schoell et Cgnie Libraires, 1803.

¹¹¹ *Idem*, p.393.

¹¹² *Idem*, p. 394.

¹¹³ *Idem*, pp.393-394.

¹¹⁴ Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hemisphères*, 2 vols., Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.

Link, Balbi deduz que em Portugal se publicava pouco no que concerne a textos científicos; de facto, os números que fornece na sua obra são esclarecedores a este respeito¹¹⁵. Era inequivocamente muito mais baixo o número de obras publicadas em Portugal quando comparado com outros Estados europeus. Um dos indicadores desta posição editorial é, também, por exemplo, o *Catalogo dos Livros da Real Imprensa da Universidade de Coimbra*¹¹⁶, publicado em 1820, onde das 17 obras médicas, apenas sete eram de responsabilidade de autores portugueses, especificamente: Caetano José Pinto de Almeida (*Prima Chirurgicae Therapeutices Elementa*, 1790), Francisco de Almeida (*Analyse das Agoas hepathizadas Marciaes de Falla*, 1790), Francisco Tavares (*Pharmacologia*, 1809; *Instrucções e cautelas practicas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes de Caldas*, 1810; *Manual de gotosos e de rheumaticos para uso dos proprios enfermos*, 1810), Joaquim Navarro de Andrade (*Distributio Methodica interpretandorum Aphorismorum Hippocratis*, 1819) e José Martins da Cunha Pessoa (*Analyse das Agoas Thermaes das Caldas da Rainha*, 1778). Mais: se atentarmos no citado catálogo, reparamos que Francisco Tavares reúne a maioria das sete obras publicadas pelos cinco autores portugueses de temáticas médicas. Francisco Tavares reúne a maioria com três publicações, mais de quarenta por cento.

7. Conclusões

Do que foi exposto, concluímos, então, que de acordo com o cânone experimentalista um dos aspectos mais significativos da medicina na reforma pombalina da Universidade foi o estabelecimento de diversas instituições destinadas ao ensino *prático* e experimental da medicina – Hospital Escolar, Teatro Anatômico e Dispensatório Farmacêutico. Outros estabelecimentos dependentes da Faculdade de Filosofia também eram

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 100-101.

¹¹⁶ *Catalogo dos Livros da Real Imprensa da Universidade de Coimbra*, publicados até Janeiro de 1820, e de outros, que ali se achão de venda”, *Jornal de Coimbra*, 85, 1820, pp. 30-38.

fundamentais para o ensino médico, bem como o curso de Filosofia, obrigatório para a entrada no curso médico. Se, por um lado, a fundação dos três estabelecimentos médicos pretenderam valorizar os três troncos fundamentais da medicina, também é certo que reflectiam o quadro hierárquico das profissões sanitárias em Portugal. A reforma da medicina passou especialmente pela dignificação da cirurgia, com a sua integração na medicina doutrinal. Quanto à farmácia, também é dignificada e reconhecida a sua importância para a medicina, sendo considerada uma disciplina médica fundamental, embora o seu estudo teórico fosse reservado ao estudante-médico e a sua execução prática fosse atribuída ao estudante-boticário. De qualquer sorte, a institucionalização de um curso de boticários em 1772, na sequência do que já havia sido feito nos finais do século XVI é o embrião maduro da emergência e afirmação da farmácia no quadro geral das profissões sanitárias.

Conclui-se, igualmente, que a produção científica dos lentes de anatomia e de matéria médica e farmácia foi a melhor dentro do quadro das diferentes disciplinas médicas. Dentro da escassez de manuais e de tratados elaborados por lentes da Faculdade de Medicina, foram precisamente os lentes relacionados com a vertente mecânica da medicina, não doutrinal, os que mais produziram.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014

